

PADRÕES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NA PERSPECTIVA DE PAIS E PROFESSORES: UM ESTUDO DE CASO EM BONFIM/RR

Mayconn Jymmy Cavalcante Correia¹; Sienne Cunha de Oliveira²; Juliano Milton Krüger³

¹ Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Bonfim/RR
(professorjymmy@gmail.com)

² Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas
(sienneoliveira@hotmail.com)

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
(juliano.kruger@ifam.edu.br)

RESUMO

Este artigo avaliou o Plano Municipal de Educação e padrões de qualidade sob a perspectiva de pais e professores da Escola Municipal Maciel Ribeiro Vicente da Silva - município de Bonfim/RR. A abordagem metodológica deste trabalho enquadra-se numa investigação bibliográfica de caráter qualitativo com análise de conteúdo. Desse modo, contou com a colaboração de pais e docentes que responderam inquiridos por questionário aplicados junto à comunidade escolar. Assim, foi constatado que mesmo existindo um grande número de pais e docentes que desconhecem o Plano Municipal de Educação, eles reconhecem sua importância no processo de qualidade do ensino. É preciso que ocorra um trabalho efetivo e em conjunto entre a Secretaria Municipal de Educação e a escola para que as metas propostas no PME possam ser atingidas.

Palavras-Chave: Educação, qualidade, escola, professores, pais.

ABSTRACT

This article evaluated the Municipal Education Plan and quality standards from the perspective of parents and teachers of the Maciel Ribeiro Vicente da Silva Municipal School in Bonfim / RR. The methodological approach of this work is part of a bibliographic investigation of qualitative character with content analysis. Thus, it had the collaboration of parents and teachers who answered questionnaire surveys

1 Especialista em Gestão Pública (IFAM). Especialista em Ensino de História e Geografia (UNINTER). Professor da Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Bonfim/RR.

2 Doutora e Mestre em Ciências da Educação (UNAEDS). Mestre em Direito Ambiental (UEA). Professora da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas.

3 Doutor em Ciências da Administração (Universidade do Minho - Portugal). Mestre em Gestão (Universidade de Coimbra - Portugal). Professor de Administração Geral do IFAM.

applied to the school community. Therefore, it was found that even though there are a large number of parents and teachers who are unaware of the Municipal Education Plan, they recognize its importance in the teaching quality process. It is necessary that an effective and joint work take place between the Municipal Secretary of Education and the school, so that all goals proposed in the PME can be accomplished.

KEYWORDS: Education, quality, school, teachers, parents.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge da necessidade de uma implementação cada vez mais efetiva da gestão democrática do ensino e da participação no processo avaliativo institucional. Nesse sentido, no processo participativo, compreender como se dá a avaliação institucional é imprescindível no controle da prestação do serviço público educacional por parte de seus usuários.

Destaca-se a importância da gestão democrática, pois ela se põe em contraponto à gestão autoritária e verticalizada incluindo a comunidade no debate das políticas públicas educacionais; promovendo, assim, um processo de construção coletiva da educação por meio dos diversos atores sociais (SILVA, 2017).

Quanto a isso, muitos trabalhos de investigação científica analisam o processo de construção do Plano Municipal de Educação trazendo um debate sobre os discursos e argumentos que compõem a elaboração do plano no processo legislativo, como é o caso de Werle e Barcellos (2008) que fazem um análise considerando os sujeitos e suas posições ideológicas e de discurso ao longo do processo legislativo de formulação do PME de Porto Alegre. Consequentemente, foram analisados vários documentos produzidos no percurso que objetivava a verificação do grau de consistência interna do documento, considerando se os pressupostos declarados no texto (BARCELLOS; WERLE, 2008). Já Oliveira (2017), estudou o processo de planejamento educacional do Município de Naviraí – Mato Grosso do Sul – relacionando-o com o sistema federativo e investigando a atuação dos atores sociais no processo de construção do plano municipal.

No caso desta investigação, objetivou-se produzir um olhar sobre a avaliação da qualidade da prestação do serviço público educacional, utilizando como parâmetro, o plano municipal. Por certo, é fundamental esse viés da construção social dos planos municipais, da construção política e dos embates ideológicos que foram abordados pelos autores. Contudo, igualmente importante é compreender como as ações propostas pelos planos são avaliadas por seus usuários.

Nessa perspectiva, o estudo conduzido por Favero e Meier (2013) o qual avaliou a escola pública dos Estados Unidos sob a perspectiva de pais e professores

e analisou os dados com os resultados das avaliações oficiais estaduais, foi possível identificar que existem semelhanças nas avaliações de pais, professores e nas avaliações oficiais. Além disso, apontam elementos na análise no qual as avaliações feitas pelas categorias propostas estão para além dos referenciais oficiais.

Assim, esta investigação procurou fazer uma análise buscando compreender a visão que os usuários do serviço educacional têm da *performance* e da satisfação quanto à prestação dos serviços educacionais.

Diante do exposto, baseou-se no contexto da Escola Municipal Maciel Ribeiro Vicente da Silva localizada na sede do município de Bonfim – RR, município este, localizado a 125 quilômetros da capital Boa Vista. O município foi elevado a essa categoria em 1982 e faz fronteira com a cidade de Lethem, tendo como marco divisor, o rio Tacutu na fronteira Brasil e Guiana, interligadas pela ponte binacional inaugurada em 2009 (SOUZA, 2016).

A escola atende a maior demanda de matrículas do ensino fundamental do município e possui uma clientela diversificada de alunos pela peculiaridade de fazer fronteira com a cidade-gêmea de Lethem, na Guiana Inglesa, e que supre uma demanda das comunidades indígenas e não indígenas brasileiras e guianenses. Cidades-gêmeas são núcleos urbanos relativamente interdependentes localizados de um lado e de outro dos limites transfronteiriços, que apresentam vetores, tanto, convergentes, derivados do elevado potencial de integração transnacional, quanto divergentes, oriundo das novas ameaças e dos contenciosos característicos das fronteiras. (PAIXÃO, 2014, p. 47). Em consequência disso, inúmeras possibilidades de análise se constituem, pois, a visão da prestação do serviço pode variar muito de acordo com o contexto social e com o nível de envolvimento da comunidade escolar.

A principal justificativa desta investigação está alicerçada na compreensão da própria realidade local e na percepção de como pais e professores avaliam a prestação do serviço educacional pela referida instituição escolar. Nesse contexto, o planejamento educacional do município constitui-se como fundamental no processo de evolução da qualidade da aprendizagem para a escola, pois, ele serve como base para orientação dos projetos políticos pedagógicos e norteia todas as ações por elas implementadas.

O planejamento educacional municipal necessita ter suas bases legais bem organizadas e estrategicamente orientadas. Por isso, a avaliação dos usuários do sistema - a nível institucional - é relevante nesse processo de construção de uma educação de melhor qualidade. Muitas vezes o município fica restrito às avaliações a nível nacional, que - por certo - têm sua importância, porém, não correspondem a avaliações mais específicas e que atendem às necessidades do município e daqueles que utilizam o serviço. Assim, é importante que os gestores públicos municipais estejam atentos à essa demanda, para que as políticas públicas educacionais sejam

mais eficientes e atendam às necessidades concretas da comunidade escolar.

Por fim, avaliar a prestação do serviço educacional - sob a perspectiva de pais e professores - ofertado pela Escola Maciel Ribeiro Vicente da Silva, bem como, as ações da Secretaria de Educação frente aos desafios e metas do Plano Municipal de Educação consiste na proposta desta investigação.

Esta iniciativa está estruturada em três tópicos principais sendo que o primeiro tópico apresenta a metodologia de estudo de caso e as implicações de sua escolha, bem como, as técnicas de coleta de dados, procedimentos na aplicação dos questionários e o recorte temporal. O segundo tópico aborda os resultados e discussões fazendo-se uma abordagem inicial sobre o Plano Municipal de Educação – PME e dos aspectos que envolvem o seu processo de avaliação de desempenho educacional com a discussão na perspectiva de pais e professores no que se refere a qualidade do ensino e a qualificação da equipe escolar; por fim, no terceiro tópico apresentam-se as considerações finais que sintetizam a proposta, suas limitações, contribuição teórica e prática do estudo, bem como, proposta de investigação futura.

1. MÉTODO OU FORMALISMO

A pesquisa foi desenvolvida a partir de um estudo de caso viabilizando um método qualitativo de análise com intuito de aprofundar o recorte do objeto estudado. Nesse sentido, o estudo de caso nos auxilia a compreendermos melhor os fenômenos individuais e o processo organizacional do objeto em tela. Considerando, também, uma modalidade de pesquisa muito utilizada em áreas sociais, pois aprofunda de forma exaustiva seu objeto de análise (GIL, 2002). Além disso, a proximidade com o objeto permite fazer uma observação e análise baseada na própria prática, mesmo com as implicações e limitações do sujeito, por não dar conta de exaurir a problemática e pelo envolvimento com o objeto em análise (FRIGOTTO, 2008).

Logo, para alcançar os objetivos da pesquisa foram aplicadas técnicas de coleta de dados e informações através de métodos de documentação direta; utilizou-se da pesquisa de campo e elaboração de questionários distintos, um para docentes e outro para os pais.

Foram aplicados os questionários com 20 docentes lotados na instituição em momento do encontro pedagógico e com 40 pais ou responsáveis de alunos no período do terceiro bimestre do ano letivo de 2018. Quanto ao questionário aplicado aos professores, foram 14 questões fechadas contendo de duas a cinco alternativas de respostas que avaliaram os critérios de frequência nas reuniões pedagógicas, qualificação técnica do corpo docente e gestor da instituição, qualidade do ensino, nível de conhecimento do Plano Municipal de Educação e ações desenvolvidas pela

escola para a sua implementação. Quanto ao inquérito aplicado aos pais também consistiu em 14 questões fechadas que abordaram as mesmas temáticas que o inquérito dos docentes, um único ponto de distinção foi no perfil social que no caso dos docentes foi relacionado ao profissional e dos pais em saber quantos filhos possuíam matriculados na instituição e quais séries estudavam.

No processo de análise dos dados coletados, foram comparadas as opiniões dos docentes e dos pais sobre o Plano Municipal de Educação e sua relação com a qualidade do ensino na referida escola em um processo de análise de conteúdo e de frequência de respostas. Além disso, nesse processo de análise de dados, utilizou-se a observação direta mesmo com a limitação técnica que se impõe pela subjetividade do pesquisador, incluindo esse método como ferramenta de reflexão sobre as respostas apontadas pelos questionários; objetivando enriquecer a análise e ainda, aferir a relação das respostas com os resultados no exame nacional apontado pelo Índice De Desenvolvimento Da Educação Básica – IDEB, pois ele serve como parâmetro a nível nacional e foi útil para analisar como pais e professores percebiam a qualidade do ensino na Escola Maciel em relação aos parâmetros institucionais.

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Plano Municipal de Educação - PME nasce a partir de um comando legislativo proposto pelo Plano Nacional de Educação - PNE, Lei 13.005/2014 em cumprimento ao disposto no art. 214 da Constituição Federal. No sentido estratégico, o PME posiciona-se como norteador definindo as políticas públicas voltadas para a educação do município com participação da comunidade em um amplo processo de monitoramento das estratégias (BONFIM, 2015).

Fica evidente que as ações são implementadas vislumbrando-se as particularidades do município, que dentre elas destaca-se o fato da sede fazer fronteira com a cidade de Lethen, pertencente à República Cooperativa da Guiana e; por tal proximidade, o município atender em sua rede de educação alunos advindos desta cidade. Com isso, além da troca cultural, é importante que o sistema de ensino encontre mecanismos para trabalhar tal diversidade dentro do seu projeto de educação.

Outro aspecto é que as estratégias propostas no PME são avaliadas e reorientadas em suas ações. Logo, o foco de análise desta iniciativa consiste em como os pais e docentes avaliam esses aspectos do planejamento educacional. Isso é importante, pois, como consideram Favero e Meier (2013) diferentemente dos outros sistemas públicos, a educação é utilizada com maior frequência; já que os alunos frequentam as aulas todos os dias. Como a frequência é maior que em outros sistemas públicos é possível perceber que esses usuários avaliam melhor a prestação do serviço educacional do que outros serviços públicos que utilizam

esporadicamente.

Em relação ao que está proposto sobre a avaliação processual e permanente do plano e o destaque da participação da comunidade que utiliza o serviço educacional da Escola Municipal Maciel Ribeiro Vicente da Silva, constata-se que 86% dos docentes não participaram de reuniões, no ano letivo de 2018, para tratar sobre o Plano Municipal de Educação e colaborarem mais efetivamente nesse processo avaliativo. No entanto, percebeu-se através da observação direta e na busca por documentos oficiais de convocação que no ano letivo de 2018 não foi realizada reunião para tratar do PME pela instituição escolar.

Nesse caso é importante destacar como os administradores públicos de programas educacionais permanecem céticos quanto as avaliações dos programas pelos cidadãos. Os gestores públicos são responsáveis em criar espaços de participação e diálogo na qual os usuários desses serviços possam exercer sua cidadania (FAVERO; MEIER, 2013).

Consequentemente essa questão vai de encontro à proposta do PME que prevê uma avaliação contínua; um monitoramento para reavaliar suas ações e a participação da comunidade escolar, pais e mestres, que é fundamental para o processo de aperfeiçoamento das ações educacionais. Assim, fica prejudicada a implementação das metas propostas pelo plano e por consequência implica em prejuízos na orientação das ações do ano subsequente.

No que diz respeito ao acompanhamento e avaliação do PME, pode-se afirmar que o plano dispõe de um tópico para tratar sobre as diretrizes e estratégias as quais serão implementadas, sendo: avaliar para tomar decisões planejando estratégias a curto, médio e longo prazo; usar a avaliação participativa, transparente, processual e permanente; promover a discussão dos resultados avaliativos com a comunidade local. Além disso, ele dispõe de uma avaliação a cada biênio em conformidade com o Plano Nacional de Educação (BONFIM, 2015).

O PME foi implementado dentro do prazo previsto pelo Plano Nacional. Porém, é importante que os atores políticos comunidade escolar e gestores públicos criem espaços para o debate, pois como nos aponta os dados da pesquisa 60% dos pais de alunos não ouviram falar sobre o Plano Municipal de Educação. É importante destacar, que o desconhecimento do PME não se deve à falta de participação nas reuniões pedagógicas da escola, pois 70% dizem-se frequentes às reuniões escolares. Nesse processo é importante que as instituições trabalhem de forma conjunta para que as ações sejam mais efetivas.

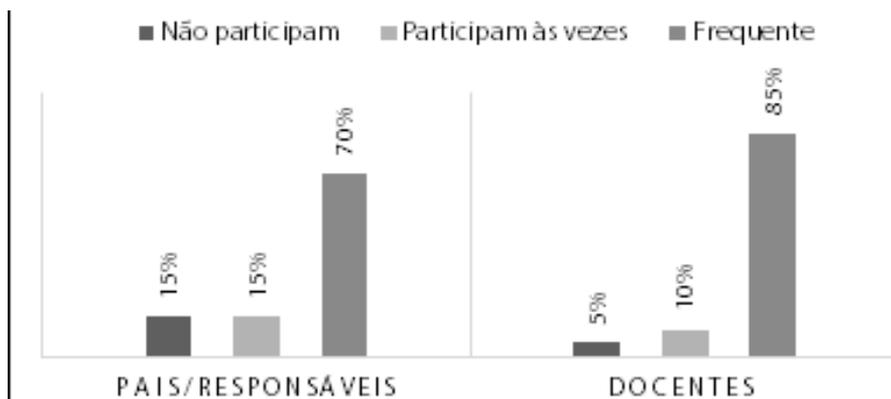


Figura 1: Participação nas reuniões pedagógicas da escola

Como podemos observar na figura 1, quando comparados com o questionário aplicado aos docentes, que o índice de frequência nas reuniões pedagógica da Escola Maciel é bem expressivo de 70% de pais e 85% de docentes. Isso sugere que há participação e interesse da comunidade em atuar de forma mais efetiva no que tange os assuntos educacionais. Como a participação dos docentes nessas reuniões já está prevista na carga horária vale ressaltar a efetiva participação dos pais nesse acompanhamento pedagógico. Logo, se fossem criados espaços para o debate do Plano Municipal de Educação bem como outras pautas de relevância educacional, haveria uma participação considerável da comunidade escolar.

Ressalta-se que quando perguntados sobre a participação nas reuniões escolares não destacamos apenas o ano de 2018. Diferentemente quando perguntados sobre reuniões para tratarem sobre o Plano Municipal de Educação, foi feito um recorte apenas no ano letivo de 2018. Contudo, esse recorte não esmaece a utilização do dado na pesquisa, pois quando perguntamos sobre o nível de conhecimento sobre esse documento, 60% dos pais ou responsáveis não o conhecem assim como 45% docentes. Demonstra-se com isso que há uma ausência na promoção desse debate, mas não por falta de motivação da comunidade escolar em estar presente na discussão. A ausência de promoção de espaços públicos para o debate do PME o torna um fim em si mesmo, um documento engessado, por isso, a promoção do diálogo é imprescindível nesse processo de avaliação da qualidade do serviço público.

No que se refere à avaliação do PME é indispensável uma participação estratégica e conjunta entre a Secretaria Municipal de Educação, através de seus coordenadores pedagógicos, e a Escola Municipal Maciel Ribeiro Vicente da Silva, pois o elemento principal dessa ação é consistente, qual seja, a participação da comunidade escolar no debate educacional do município.

Outro aspecto relevante diz respeito ao grau de importância que a comunidade escolar destaca para as reuniões pedagógicas e sua relação com o ensino-aprendizagem, os dados coletados identificam que 95% dos pais e 90% dos docentes consideram fundamentais as reuniões para o desenvolvimento da qualidade do ensino.

Nesse sentido, de acordo com o PME, no tópico que aborda a gestão democrática que foi recepcionado do PNE consta o seguinte:

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto (BONFIM, 2015, p. 114).

Nesse contexto, o PME reconhece a importância da participação da comunidade escolar a partir da composição da gestão escolar com prioridade nos critérios técnicos e de desempenho. Além disso, reconhece esse fundamento para a implementação da qualidade de ensino no município com melhoria nos processos educacionais, na aprendizagem dos alunos e em todas as modalidades de ensino.

Fica evidente nos dados da pesquisa, que há um anseio da comunidade escolar em uma participação mais efetiva nas decisões educacionais e nos processos de ensino e não apenas na rotina do ensino, mas também, na própria composição da gestão da escola, que ainda se compõe sem a participação da comunidade escolar. Como reflexo disso, é importante discutir mais detalhadamente alguns aspectos da estratégia da meta 19 proposta pelo PME.

Em primeiro lugar, o PME se propõe a criar mecanismos de transparência da educação municipal de maneira a possibilitar a participação da sociedade. Nesse sentido, a transparência é um mecanismo fundamental na Administração Pública, pois é ela quem vai propiciar a fiscalização da prestação do serviço, tanto no que se refere a aplicação dos recursos como na qualidade do serviço prestado.

Nesse aspecto, o PME tem como um dos objetivos “criar mecanismos de transparência que estabeleça um fluxo aberto de comunicação entre a sociedade e a gestão do ensino municipal” (PME, 2015, p. 16). Para alcançar esse objetivo, o PME prevê a criação de mecanismos que ampliem os espaços educativos institucionalizados, tais como: Conselhos Escolares, Associação de Pais e Mestres, Fórum Municipal de Educação e Grêmios Estudantis.

Em segundo lugar, o PME destaca a importância de garantir o funcionamento dessas associações, inclusive com previsão de subsídios para que possam exercer com eficiência a participação em um contexto educacional.

No caso das instituições anteriormente citadas, elas irão exercer funções de controle e fiscalização da ação educacional do Município de Bonfim, efetivando a participação de toda a sociedade. Como consequência disso, mesmo que os pais não

tenham condições de julgar e avaliar o serviço com precisão, pois não dispõem de informações suficientes, mas por outro lado, eles utilizam o serviço rotineiramente - o que lhes dá elementos para de alguma forma avaliarem o serviço prestado pelo sistema educacional (FAVERO; MEIER, 2013).

Por fim, cabe destacar, os processos de avaliação previstos no PME. Esses processos constituem-se como fundamentais na busca de uma educação de qualidade e uma prestação de um serviço público eficiente. Assim, o PME propõe um processo de avaliação próprio para o município primando pelas particularidades locais, pois os exames nacionais não têm previsão para atender essa demanda estando em um contexto mais amplo.

Além da avaliação do ensino, ele propõe, também, uma avaliação da estrutura educacional no caso dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, do Currículo, dos Planos de Gestão Escolar e dos Regimentos Internos dessas instituições.

Conforme o exposto analisaremos algumas propostas estabelecidas pela meta 19 do Plano Municipal de Educação no qual viabiliza a implementação da gestão democrática no Município de Bonfim.

Uma das primeiras metas é estabelecer mecanismos de transparência com um fluxo aberto de comunicação entre a comunidade escolar, sociedade e gestão do ensino municipal. Com isso promover a democratização dos espaços educativos, com a criação dos mecanismos de controle e fiscalização.

Além de promover os meios, o PME destaca, também, o fornecimento de subsídios aos Conselhos Escolares e juntamente com isso, “articular em regime de cooperação com o Estado, ações permanentes de apoio à capacitação de gestores e professores do sistema municipal de Educação” (BONFIM, 2015, p. 118).

Em segundo lugar, nesse processo de democratização da participação do ensino, o PME utiliza termos como: garantir, organizar, promover, cooperar e articular como núcleo de suas metas. Demonstrando o interesse em “apoiar processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino como forma de descentralização e efetivação da democratização da escola pública” (BONFIM, 2015, p.118). Esse processo de descentralização é fundamental para a promoção das metas, pois possibilita que outros atores da sociedade atuem em prol do ensino.

Por fim, a meta 19 do PME promove o estabelecimento de cooperação técnica entre os órgãos promotores do ensino a nível estadual e federal. Com isso, percebemos uma clara preocupação com a qualificação dos profissionais de educação que prevê não apenas a criação, mas a manutenção da estrutura a qual viabilizará a fiscalização e reorientações das atividades educacionais do município.

Convém ressaltar, que na escola objeto deste estudo, não se dispõe desses mecanismos de participação social, pois no campo da estrutura institucional da escola, não há projeto de gestão, político pedagógico e o regimento interno. Já no

que se refere à participação da comunidade escolar, não dispõe de associação de pais e mestres em funcionamento, grêmio estudantil e o conselho escolar. Já na esfera municipal, o Fórum Municipal de Educação não foi instituído e o Conselho de Educação está em processo de construção.

Sob esse viés, mesmo com o interesse de participação da comunidade escolar, como demonstrado nos dados citados, não temos instituídos os principais mecanismos de participação da sociedade bonfinense. A secretaria de educação não oportunizou ações efetivas nos aspectos de implementação da meta 19, que trata da gestão democrática e a instituição dos mecanismos de participação da sociedade no processo de educação.

2.1 PME E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EDUCACIONAL

Abordar a questão da avaliação de desempenho educacional está para além dos dados quantitativos; deve-se levar em consideração a própria construção do sujeito como cidadão participativo e produtor de cultura. Contudo, daremos um enfoque às questões quantitativas do processo de avaliação tomando como parâmetro os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

O IDEB foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Ele é calculado a partir dos dados sobre a aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar e das médias de desempenho nas avaliações, que no caso dos municípios é a Prova Brasil (FERNANDES, 2005).

No caso dos conceitos citados, eles permitem um maior controle de qualidade, pois se uma instituição escolar retém alunos em busca de obter melhores resultados, o fator fluxo será alterado, por outro lado, se a instituição apressar a aprovação sem qualidade, o resultado das avaliações indicará a melhoria do modelo. Assim, o IDEB é um fator importante para orientar a política pública em *prol* da qualidade do sistema educacional.

Nessa perspectiva, vamos analisar os resultados do Ideb da Escola Municipal Maciel Ribeiro Vicente da Silva e sua relação com o PME.

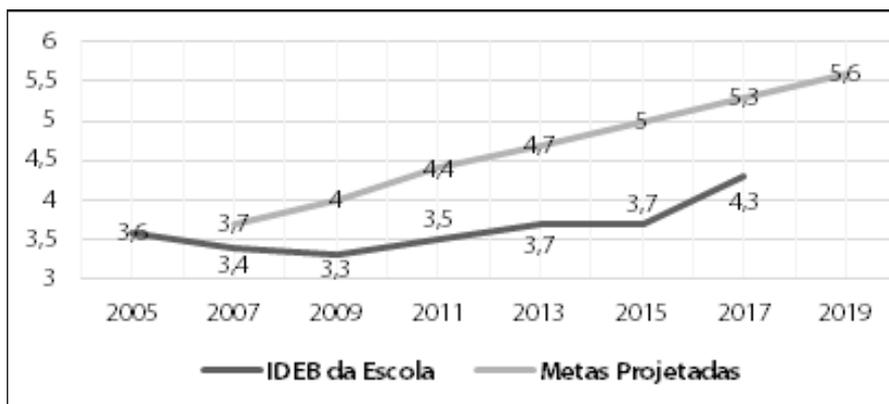


Figura 2: IDEB da Escola Municipal Maciel Ribeiro Vicente da Silva

A avaliação da educação no município é feita através da Prova Brasil que possui como foco as habilidades de leitura e interpretação de textos e a problematização matemática. Com isso, em uma análise prévia da Figura 2, percebemos que a escola em nenhum momento alcançou a meta proposta pelo IDEB de 2005 a 2017. Além disso, no ano de 2005 atingiu o percentual de 3,6 e nos três biênios subsequentes esteve sempre a baixo do índice de 2005.

Contudo, em 2013 retomou o crescimento do índice, quando atingiu 3,7, mas continuando aquém da margem proposta na meta que era 4,7. Posteriormente em 2015 manteve a meta de 2013, 3,7 e em 2017 deu um salto expressivo até então nunca alcançado, contudo, ainda se manteve abaixo da meta para aquele ano que era 5,3.

Em função disso, é possível relacionar que um dos fatores que têm impactado negativamente o desenvolvimento de uma aprendizagem-qualitativa, principalmente nos critérios avaliados pela Prova Brasil, consiste na falta de efetivação das políticas públicas educacionais que organiza de forma eficiente o sistema de ensino municipal. Logo, a ampliação dos sistemas de fiscalização e avaliação do serviço público possibilita uma reorientação do currículo e dos programas educacionais.

Como exemplo podemos citar a importância do Projeto Político Pedagógico - PPP da instituição escolar, o qual vai construir a identidade da escola, orientar as suas práticas educativas, nortear os modelos educacionais e os métodos de avaliação institucional. Sem o PPP a escola fica descaracterizada e dificulta o desenvolvimento de uma aprendizagem, pois não há um documento que norteie de forma particularizada a escola, ficando, assim, sujeita a orientar sua prática com base no currículo do Estado.

Outro importante fator é avaliarmos o nível de conhecimento da comunidade escolar sobre esses resultados do IDEB da referida escola, como aponta o seguinte gráfico:

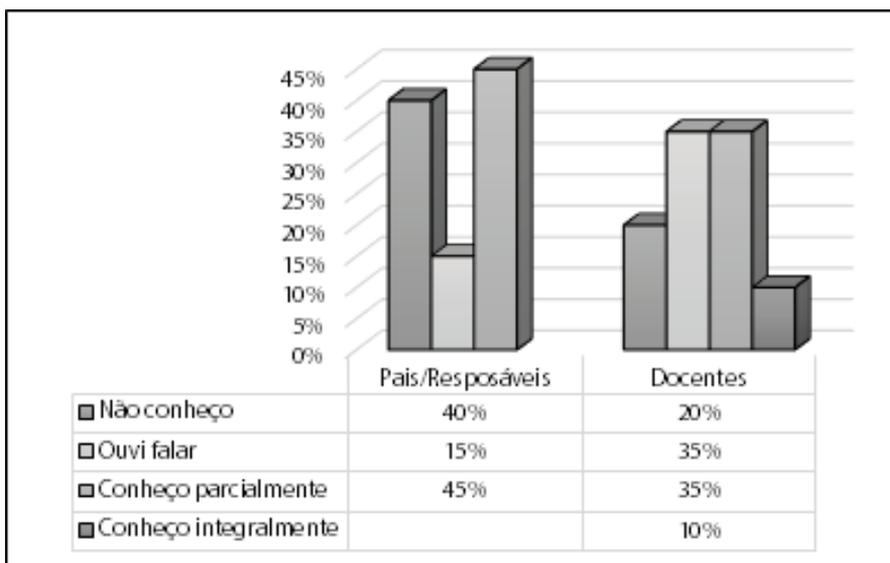


Figura 3: Nível de conhecimento sobre o IDEB da Escola

Na figura 3 percebemos que o percentual de pais ou responsáveis que desconhecem os resultados do IDEB onde estão matriculados seus filhos é significativamente maior que o de professores. Contudo, esperava-se um número de docentes conhecedores do IDEB maior, principalmente pela relação direta da profissão com esses índices. Em vista disso, destacamos o diálogo que a Secretaria de Educação do município deve estabelecer com os coordenadores escolares e criar mecanismos para orientar os docentes dos resultados obtidos e apresentar as metas a serem alcançadas a partir do Plano Municipal de Educação.

Na análise de dados, outro fator é que mesmo que pequeno – há um percentual de docentes que desconhecem os resultados do IDEB; o que demonstra, também, que o assunto não está sendo tratado de forma adequada nas reuniões pedagógicas, já que, o percentual de assiduidade às reuniões é de 85%. Além desse, outro fator chama a atenção, o percentual de pais que conhecem parcialmente esses dados é maior que o de docentes.

Como reflexo disso, percebemos o vácuo do sistema educacional municipal na implementação de um sistema que integre assessoria pedagógica e coordenação escolar de maneira a trabalhar na divulgação de um programa educacional que se mostre coeso com o PME o qual recepiona as metas instituídas pelo IDEB.

Cabe mencionar que para além da motivação profissional do docente é importante incluí-lo nos programas de capacitação profissional, principalmente daqueles que estão exercendo suas funções em sala de aula. Como consequência dessa não integração das ações pedagógicas temos um percentual de 85% de docentes e de 90% de pais participantes de reuniões pedagógicas, ao longo do ano

letivo de 2018, porém que não dialogaram ou trataram de metas do PME.

Como reflexo disso, é possível compreender a estreita relação do PME com a avaliação de desempenho educacional na Escola Municipal Maciel Ribeiro Vicente da Silva, pois essa ausência de ações mais efetivas que integrem a comunidade escolar tem impactado nos resultados das avaliações e rendimentos do alunado.

2.2 PERSPECTIVAS DE PAIS E PROFESSORES SOBRE A QUALIDADE DO ENSINO

No que se refere a qualidade de ensino na escola Maciel Ribeiro Vicente da Silva, é importante destacarmos como os professores e pais percebem esse processo de satisfação e implementação do Plano Municipal de Educação. Além disso, devemos considerar como a comunidade escolar percebe a qualificação da equipe gestora e pedagógica da instituição escolar para entendermos sua relação com a qualidade do ensino. Portanto, ter uma equipe pedagógica preenchida com profissionais bem qualificados é imprescindível para se alcançar êxito no processo ensino-aprendizagem e, assim, atingir as metas propostas pelo PME.

Como podemos observar no gráfico 4, o nível de formação do corpo docente da referida escola pode ser considerado satisfatório, pois apenas 10% possuem formação a nível de magistério. Nesse aspecto, embora apenas 25% dos professores possuam formação a nível de especialização aqueles que atendem no Fundamental II estão atuando cada um em sua respectiva área de formação.



Figura 4: Nível de formação dos professores

Na escola, não há nenhum professor atuando fora de sua área de formação e isso traz resultados positivos no que se refere à qualidade de ensino e implementação do PME. Esse resultado foi alcançado em 2015 quando a Prefeitura do Município de Bonfim realizou o concurso público para a educação ofertando vagas para todas as especialidades que havia demanda para as escolas municipais. Com isso, cada docente atuando em sua respectiva área refletirá na prática docente e no desenvolvimento institucional.

Outro aspecto relevante da pesquisa, que não consta no questionário, mas foi uma observação feita no decorrer de sua aplicação, que dos 65% dos professores que ainda não possuem formação a nível de especialização já estão próximos de concluí-la ou acabaram de iniciá-la. Nesse sentido, é um fator que agregará ainda mais para a educação da escola Maciel e do Município.

Ainda, visou-se analisar como os pais percebem a qualificação profissional da equipe gestora e pedagógica da escola sob uma perspectiva de avaliação institucional como propõe Favero e Meier (2013), principalmente para que os executores do programa educacional alinhem suas ações.

Nesse caso, avaliou-se o quesito de qualificação profissional da instituição estudada, para relacionarmos com os impactos na qualidade de ensino e sua aproximação com a execução PME.

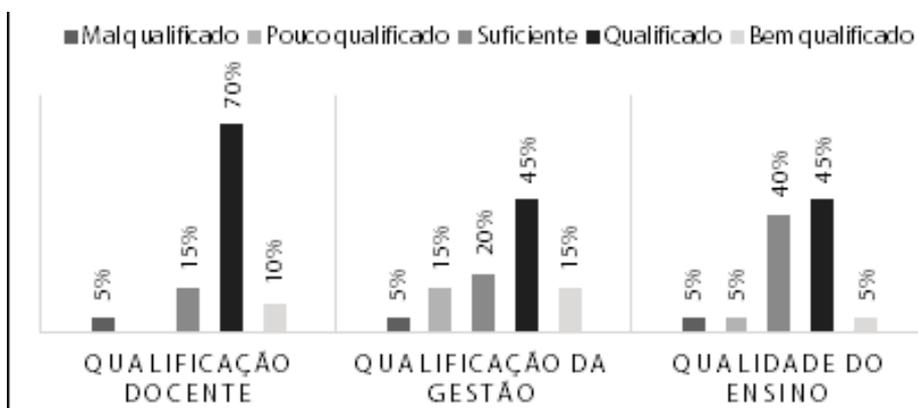


Gráfico 5: Qualificação profissional e institucional

Em termos de qualificação profissional, no aspecto geral, foi bem avaliado em todos os eixos: docentes, gestão e ensino. No entanto, é importante analisarmos alguns aspectos do gráfico 5, pois como propõe Favero e Meier (2013), nem sempre a comunidade escolar dispõe de todas as informações necessárias para avaliar o serviço prestado.

Primeiramente, um dos pontos de maiores desequilíbrios do gráfico, em comparação com a qualificação da gestão, foi a qualificação docente, no qual 70% dos pais ou responsáveis entrevistados os avaliaram como qualificados e 10% como bem qualificados. Ainda, nenhum dos entrevistados avaliaram como pouco qualificados e somente 5% consideraram como mal qualificados. Isso propõe um nível de confiança considerável no corpo docente da Escola Maciel ribeiro Vicente da Silva.

Em segundo lugar, o que mais se equilibrou entre as legendas foi a qualificação da gestão, na qual as opiniões mais se dividiram. Como por exemplo, 15% consideraram pouco qualificado, 20% suficiente e 5% mal qualificado. Por outro

lado, 5% a mais dos entrevistados consideraram a equipe gestora bem qualificada.

Como reflexo disso, as opiniões se dividiram no quesito qualidade do ensino, na qual temos 40% que consideraram suficiente e 45% o colocaram como qualificado. Assim, percebemos um percentual maior de confiança na qualificação do corpo docente do que na equipe gestora e opiniões equilibradas no que tange a qualidade do ensino prestado pela instituição escolar.

Desse modo, percebemos ao longo da investigação que existe confiança por parte da comunidade escolar na gestão e na equipe docente. Demonstrando, com isso, que a instituição escolar tem condições pedagógicas de responder às demandas do Plano Municipal de Educação, desde que, haja uma reorganização do sistema municipal de educação que inclua no debate a comunidade escolar.

A ampliação do diálogo entre a Secretaria Municipal de Educação e a escola é fundamental e questão central no sentido da garantia de um PME mais efetivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, ao longo da investigação percebe-se que há grande interesse em participação da comunidade escolar nas atividades pedagógicas e administrativas da escola objeto do estudo. Nesse sentido, há um grande ganho para o processo educacional, pois reclama-se muito nas escolas que os pais não participam da vida educacional de seus filhos. Isso demonstra um passo fundamental na implementação de ações conjuntas entre a Secretaria Municipal de Educação e da escola na execução e controle das metas do Plano Municipal de Educação.

De igual modo, é fundamental para a implementação do PME que se efetive a criação dos mecanismos de controle e fiscalização, incorporando à comunidade escolar de maneira efetiva no processo de construção da educação. Nesse sentido, é necessário propor o debate sobre o PME e sua relação com a qualidade de ensino para que haja uma cobrança dos agentes políticos de ações efetivas.

Embora a Escola Municipal Maciel Ribeiro Vicente da Silva tenha uma equipe gestora e pedagógica considerada qualificada, necessita organizar-se nas questões institucionais, ou seja, criar o seu projeto político pedagógico, regimento interno, reorganizar a associação de pais e mestres. Com isso estará dando um grande passo - a médio e longo prazo - na organização pedagógica da instituição e criando os meios de participação da comunidade nas ações da escola.

Nessa perspectiva, mesmo que grande parte de pais e docentes desconheçam o PME e os índices de desempenho da escola, eles reconhecem a estreita relação com a implementação de um ensino de qualidade e propõem-se a participar de maneira mais eficaz, fiscalizando a prestação do serviço público e propondo ações que se traduzam na qualidade do aprendizado.

Cabe, portanto, à Secretaria Municipal de Educação trabalhar em *prol*

da democratização do ensino, implementando mecanismos de participação da comunidade escolar previstos no PME. Isso constitui-se como um passo fundamental, no avanço de uma educação de qualidade no município, pois quem pode avaliar melhor um serviço público se não aqueles que o utilizam. Por isso, é indispensável o envolvimento social no que se refere ao sistema municipal de educação.

Como limitações desta investigação, cabe destacar que os resultados não podem ser generalizáveis para outros contextos, senão o da própria escola objeto de estudo. Ainda, é importante destacar que este estudo fez uma análise transversal, com dados de um momento específico no tempo; assim, os resultados condizem ao recorte de tempo em que foram produzidos.

Ainda, esta investigação contribui de forma teórica para reforçar as teorias acerca a importância da gestão democrática e participativa na escola e da inclusão de *stakeholders* envolvidos com a educação neste processo como um todo; desde sua concepção à sua operacionalização.

De forma prática, o estudo contribui para que a escola em questão possa reavaliar suas práticas de inclusão dos sujeitos envolvidos no debate educacional, bem como, de oportunizar uma escola mais aberta e participativa na efetivação de espaços escolares que elevam a qualidade da oferta educativa na perspectiva de todos.

Como proposta de investigação futura é possível externalizar o objeto de estudo para o contexto de todas as escolas municipais e também para outras esferas do sistema educativo, como Estado e União.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Jorge Alberto Soares; WERLE, Flávia Obino Corrêa. Plano Municipal de Educação e a afirmação de princípios para a educação local. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 515-542, out./dez. 2008.

BONFIM-RR. **Plano Municipal de Educação**. Prefeitura Municipal de Bonfim. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, 2015.

FAVERO, Nathan; MEIER, Kenneth J. Texas A&M University. Evaluating Urban Public Schools: Parents, Teachers, and State Assessments. **Public Administration Review**, Vol. 73, Iss. 3, pp. 401–412. © 2013 by The American Society for Public Administration. DOI: 10.1111/puar.12022.

FERNANDES, Reynaldo. Índice de desenvolvimento da educação básica (**ideb**): **metas intermediárias para a sua trajetória no brasil, estados, municípios e escolas**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais 'Anísio Teixeira' –

INEP Ministério da Educação – MEC, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Revista do Centro de Educação e Letras – UNIOESTE**. Campus: Foz do Iguaçu, v. 10 – nº1, p. 41-62, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Marli dos Santos. **Do Plano Nacional aos Planos Municipais de Educação: estudo do Município de Naviraí - MS**. 2017, 164p. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

PAIXÃO, Shigeaki Ueki Alves da. **Dinâmica fronteiriça entre Guiana e Brasil: um estudo sobre o comércio-formiga**. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Roraima. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Boa Vista, 2014.

SILVA, Scheila Ribeiro de Abreu; NOGUEIRA, Sonia Martins de Almeida. **O Plano Municipal de Educação no contexto do desenvolvimento local e da cultura da escola**. Artigo apresentado para a Associação de Política e Administração da Educação, 2017. Disponível em: http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT1/GT1_Comunicacao/ScheilaRibeiroDeAbreuESilva_GT1_integral.pdf. Acesso em: 10 jan 2020.

SOUZA, Dorcílio Erik Cícero de. **Desenvolvimento da faixa de fronteira do extremo norte de Roraima: Área de Livre Comércio de Bonfim (Brasil) e Lethem (Guiana)**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia. Boa Vista, 2016.